



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 30/2016-DIRAC– TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 2281/2007

Apensos: Processos nºs .

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão:Prefeitura Municipal de Urucurituba.

4- Exercício:2006.

5- Responsável: Sr. XX XXX XXX XXX XX XX, Prefeito Municipal.

6- Unidade Técnica: DCAMI – Relatório Conclusivo nº XX/XXXX (fls. XXX/XXX).

7- Pronunciamento do Ministério Público de Contas: Parecer nº XXX/XXXX (fls. XXX/XXX)-MP-ACP, do Dr. XXXXXXXXXXXXXXXX, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2006.
Prefeitura Municipal de Urucurituba.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a XXXXXX
das Contas anuais.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à unanimidade, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em concordância (divergência) com o Parecer do Ministério Público de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a XXXXXXXXXXXXX das Contas da Prefeitura Municipal de Urucurituba, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, Prefeito Municipal, com fulcro no art. 127, § 2º, da Constituição do Estado do Amazonas, de 1989 c/c os art. 1º, I e art. 29, ambos da Lei nº 2.423/96; art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997.

Processo TCE nº 2281/2007

ASP/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 01/2003-TCE/AM



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 30/2016-DIRAC– TCE – TRIBUNAL PLENO

10-Ata: XXª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: XX de XXXXXX de XXXX.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Julio Assis Correa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13-Representante do Ministério Público junto a este TCE: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente.

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

JULIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 30/2016-DIRAC– TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº \${numero_documento})

1- Processo TCE nº 2281/2007

Apensos: Processos.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Urucurituba.

4- Exercício: 2006.

5- Responsável: Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DCAMI – Relatório Conclusivo nº XXX/XXXX (fls. XXX/XXX).

7- Pronunciamento do Ministério Público de Contas: Parecer nº XX/XXXX (fls. XX/XXXX)-MP, do Dr. XXXXXXXXXXXXXXXX, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2006.
Prefeitura Municipal de Urucurituba.

Contas XXXXXXXXXXXX. Glosa. Multas. Prazo.
Inscrição na Dívida Ativa. Cobrança Executiva.
Recomendações ao atual Gestor Municipal.
Comunicação ao Ministério Público Estadual.
Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos arts. 71, II, da CF/88, c/c o art. 40, II, da CE e arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, II da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à unanimidade (por maioria), nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que concordou (discordou do) com o pronunciamento do Ministério Público de Contas, no sentido de:

9.1- julgar XXXXXXXX a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Urucurituba, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, Prefeito e ordenador de despesa, nos termos do art. 1º, II c/c art. 22, III, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 5º, II, c/c o art. 188, II, §1º, III, “a”, “b” e “c”, da Resolução nº 4/02-TCE, para:

9.2- GLOSAR o valor de R\$ XX.XXX,XX (XXXX e XXX reais e XXXX centavos) ao Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, corrigido monetariamente, pelas impropriedades discriminadas no relatório conclusivo do DCOP, fls. XX/XX e item X do relatório/voto.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 30/2016-DIRAC- TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº \${numero_documento})

Processo TCE nº 2281/2007

9.3- MULTAR o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa de XXXXXXXX:

a) No valor de R\$ XXX,XX (XXXXX e XXXX reais e XXXX e XXX centavos), com fulcro no art. 1º, XI e XXVI c/c o art. 54, IV, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, I, alínea “a”, da Resolução n.º 4/02, alterada pela Resolução n.º 1/09, pelo não atendimento a diligência referente aos questionamentos do Ministério Público, itens 6 a 33 do relatório/voto;

b) No valor de R\$ XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), arbitrada conforme art. 308, inciso I, alínea “c”, da Resolução n.º 4/02-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 1/09-TCE/AM e art. 6.º-A, inciso I, alínea “a” da Resolução n.º 7/02-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 2/07, também do TCE/AM, por cada mês de atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos registros de movimentação contábil referente aos meses de Janeiro a Dezembro (12 meses), totalizando o montante de R\$ X.XXX,XX (XXX XXX XXX e XXX reais e XXXX centavos), item 3 do relatório/voto.

c) No valor de R\$ X.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) com base, no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, inciso V, alínea “a”, da Resolução n.º 4/02, alterada pela Resolução n.º 1/09, pelos atos cometidos contra a norma legal de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referente aos itens 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33 do relatório/voto.

9.4- FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, recolha o valor do débito que lhe foi aplicado aos cofres públicos (art. 72, III, “a”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 4/02-TCE/AM;

9.5- FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX recolha os valores das multas que lhe foram aplicadas aos cofres públicos (art. 72, III, “a”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/02-TCE/AM.

9.6- AUTORIZAR, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei n.º 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6.º do art. 308, todos da Resolução n.º 04/02- TCE.

9.7- RECOMENDAR ao atual Gestor Municipal que:

ASP/Decisório feito de acordo com a Resolução n º 01/2003-TCE/AM



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 30/2016-DIRAC– TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº \${numero_documento})

a) Observe os prazos previstos nas normas legais desta Corte de Contas, bem como os dispositivos da Resolução n.º 7/02, referente ao ACP;

Processo TCE nº 2281/2007

b) Cumpra o disposto na LRF (Lei Responsabilidade Fiscal) acerca da apresentação dentro do prazo legal dos relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal;

c) Organize, na forma da legislação de regência, a gestão patrimonial e o controle dos bens do município;

9.8- Comunicar o fato ao Ministério Público Estadual para adoção das providências pertinentes, em decorrência dos indícios de improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92), colocando-se os autos à sua disposição.

9.9- Determinar o arquivamento do Processo XXXX/XXXX, sem resolução de mérito, apenso.

10-Ata: XXª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: XX de XXXXXXXX de XXXX.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Julio Assis Correa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14-Representante do Ministério Público junto a este TCE: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente.

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral.